

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.483.909 - RJ (2019/0100462-5)

RELATOR : MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
AGRAVANTE : CONDOMINIO DO GRUPAMENTO RESIDENCIAL LES PALAIS BOTAFOGO
ADVOGADO : BERNARDO JOSÉ FERREIRA GICQUEL DE DEUS - RJ094146
AGRAVADO : COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE
ADVOGADOS : JAYME SOARES DA ROCHA FILHO E OUTRO(S) - RJ081852
LEONARDO BRUNO BRIZZANTE CUPELLO - RJ100439
IGOR DAMASCENO MAIA CARREIRO DE CARVALHO - RJ181861

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por CONDOMÍNIO DO GRUPAMENTO RESIDENCIAL LES PALAIS BOTAFOGO contra a decisão que inadmitiu o recurso especial.

O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, desafia acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. CONTRATO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E COLETA DE ESGOTO. Decisão monocrática reformou a de primeiro grau de jurisdição de reparo de tubulação em tutela de urgência. **RECURSO DE AGRAVO INTERNO.** (Artigo 1.021 do Código de Processo Civil). Agravado afirma que não está presente nenhuma das hipóteses do artigo 932 do novel Código de Processo Civil, esquecendo-se do verbete nº 568 da Corte Superior. No mérito, afirma que a Agravante não disse que o vazamento não era de tubulação sua, em desacordo com trecho expresso das razões recursais. A Recorrente também aduziu a possibilidade de responsabilidade do Recorrido pelo defeito na prestação do serviço, o que demanda dilação probatória. O Agravado pretende o restabelecimento da multa aduzindo que a Agravante tenta o reparo há cerca de sete meses, o que data venha, configura boa-fé objetiva. Por outro lado, se a Agravada logrou providenciar o conserto após o prazo determinado pelo Juízo, a multa cessou a partir de tal data. **RECURSO DESPROVIDO**" (fls. 87/88 e-STJ- grifou-se).

Os embargos de declaração opostos pelos recorrentes foram rejeitados.

A matéria delimitada no presente recurso versa sobre pedido de nulidade do acórdão por haver suprimido a multa fixada para que a recorrida promovesse o reparo do vazamento de água de tem atingido o condomínio recorrente.

Logo, nos termos do art. 9º, § 1º, inciso VIII, do RISTJ, a competência para o exame da presente controvérsia está inserida nas atribuições das Turmas de Direito Público desta Corte.

A respeito:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE

Superior Tribunal de Justiça

FAZER. REPARAÇÃO DE REDE DE ESGOTO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO, NAS RAZÕES DO RECURSO ESPECIAL, DO DISPOSITIVO LEGAL QUE, EM TESE, TERIA SIDO VIOLADO, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AOS ARTS. 461, § 6º, DO CPC/73, 1º DA LEI 7.347/85, 8º DA LEI 11.445/2007 E 248 DO CÓDIGO CIVIL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. FALTA DE IMPUGNAÇÃO, NO RECURSO ESPECIAL, DE FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO COMBATIDO, SUFICIENTE PARA A SUA MANUTENÇÃO. SÚMULA 283/STF. CONTROVÉRSIA RESOLVIDA, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, À LUZ DAS PROVAS DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO, NA VIA ESPECIAL. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno aviado contra decisão publicada em 01/02/2017, que, por sua vez, julgara recurso interposto contra decisum publicado na vigência do CPC/2015. II. Na origem, trata-se de Agravo de Instrumento interposto pela Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE, contra decisão proferida nos autos de ação de obrigação de fazer, que determinou que o Município do Rio de Janeiro e a CEDAE procedessem aos devidos reparos na área onde reside a parte autora, em face de vazamento de esgoto sanitário, no prazo de 180 dias, sob pena de multa diária de R\$ 500,00.

III. A falta de particularização dos dispositivos de lei federal que o acórdão recorrido teria contrariado ou atribuído interpretação divergente consubstancia deficiência bastante a inviabilizar o conhecimento do apelo especial, atraindo, na espécie, a incidência da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia"). Nesse sentido: STJ, AgRg no REsp 1.346.588/DF, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, CORTE ESPECIAL, DJe de 17/03/2014; AgRg no AREsp 732.546/MA, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 12/11/2015; AgRg no AREsp 854.176/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 22/03/2016.

IV. Não tendo o acórdão hostilizado expandido qualquer juízo de valor sobre os arts. 461, § 6º, do CPC/73, 1º da Lei 7.347/85, 8º da Lei 11.445/2007 e 248 do Código Civil, a pretensão recursal esbarra em vício formal intransponível, qual seja, o da ausência de prequestionamento - requisito viabilizador da abertura desta instância especial -, atraindo o óbice da Súmula 282 do Supremo Tribunal Federal ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada"), na espécie.

V. Não merece prosperar o Recurso Especial, quando a peça recursal não refuta determinado fundamento do acórdão recorrido, suficiente para a sua manutenção, em face da incidência da Súmula 283/STF ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles").

VI. O entendimento firmado pelo Tribunal a quo, no sentido de que "restou demonstrada a verossimilhança das alegações autorais, sendo evidente que a situação narrada pela Agravada demonstra o fumus boni iuris e o periculum in mora, que decorrem da necessidade de observância da garantia à saúde e do princípio da dignidade da pessoa humana, não só da Agravada como de todos que residem no logradouro atingido", não pode ser revisto, pelo Superior Tribunal de Justiça, em sede de Recurso Especial, sob pena de ofensa ao comando inscrito na Súmula 7 desta Corte. Precedentes do STJ.

VII. Agravo interno improvido" (AgInt no AREsp 1026072/RJ, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/03/2017, DJe 06/04/2017- grifou-se).

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, determino a redistribuição dos autos.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 1º de outubro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator

